



Proc. n.º 312.847
Fls. n.º 40
Func. ef

Supremo Tribunal Federal

PORTARIA Nº 106, de 28 de setembro de 2000.

O PRESIDENTE DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL, no uso de suas atribuições e com base no inciso III e parágrafo único do artigo 54 da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000,

RESOLVE:

Art. 1º - Tornar público o Relatório de Gestão Fiscal até o segundo quadrimestre de 2000, constante do Anexo desta Portaria.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Assinatura manuscrita em azul do Ministro Carlos Velloso.

Ministro CARLOS VELLOSO
Presidente

ANEXO
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
 LRF, art. 55, inciso I, alínea "a" e § 1º
DEMONSTRATIVO DA DESPESA DE PESSOAL EM RELAÇÃO À RECEITA CORRENTE LÍQUIDA
PERÍODO DE REFERÊNCIA – SETEMBRO/1999 A AGO/2000

SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL

R\$ Milhares


DESPESA DE PESSOAL	DESPESA LIQUIDADADA			
	Últimos 12 meses set/99 a ago/00	% da Desp. s/ RCL	Até o Quadrimestre jan a ago/00	% da Desp. s/ RCL
Despesa total de Pessoal	73.779	0,053	49.075	0,051
Pessoal ativo	41.956	0,03	27.112	0,028
Pessoal Inativo e pensionistas	31.823	0,023	21.963	0,023
(-) Precatórios (Sent. Judiciais), ref. ao período de apuração	-	-	-	-
(-) Inativos com recursos vinculados	15.763	0,011	13.841	0,014
(-) Indenizações por demissão	-	-	-	-
Outras despesas de Pessoal (art. 18, § 1º)	-	-	-	-
DESPESA LÍQUIDA DE PESSOAL	58.016	0,041	35.234	0,037
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (RCL)	140.523.540		96.390.778	
LIMITE PRUDENCIAL (art. 22, parágrafo único)	0,070%		0,070%	
LIMITE LEGAL (art. 20, inciso I, alínea "b" e § 1º)	0,073%		0,073%	

Fonte: SIAFI


 Torquato Fernando Lima
 Secretário de Administração e Finanças


 Inaldo de Vasconcelos Soares
 Secretário de Controle Interno


 Miguel Augusto Fonseca de Campos
 Diretor-Geral


 Ministro CARLOS VELLOSO
 Presidente